

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.006](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.006)

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE ESTRELA DE ALAGOAS – AL

[Anderson Gomes dos Santos](#)

Doutorando do Curso de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, anderson_pedagogia@hotmail.com

RESUMO

Como parte fundamental no contexto educacional, a política nacional da educação especial na perspectiva inclusiva (2008) visa assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tendo como oferta o atendimento educacional especializado que é o conjunto de atividades e recursos de acessibilidade e pedagógicos para atender exclusivamente alunos público da educação no contraturno escolar. Nesse sentido, a pesquisa apresenta os processos de implantação e práticos do departamento da educação especial no município de Estrela de Alagoas – AL, foi estabelecido uma coordenação para acompanhamento, formação e encaminhamentos dos alunos e alunas com necessidades específicas da rede, utilizando a pesquisa bibliográfica (estudo de caso) com análise de conteúdo dos relatórios produzidos no período de 2016 a 2018, tendo como objetivo, estudar as possibilidades inclusivas a partir da efetivação das políticas públicas.

Palavras-chave: Educação básica, políticas públicas, inclusão,

INTRODUÇÃO

É possível compreender que ações voltadas para a inclusão como uma ação política, cultural, social e pedagógica, torna-se uma prática mais que necessária no contexto de nossa sociedade, as perspectivas da educação especial/inclusiva têm uma relação direta com a garantia dos direitos humanos que estabelece igualdade e diferença como valores indissociáveis. A escola não pode ficar de fora desse processo, é nesse espaço que precisamos vivenciar as práticas e relações desmitificando as tendências excludentes historicamente construídas, com base nisso, no Brasil temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que completa doze anos no ano corrente, tem como principal proposta o acompanhamento dos avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, essa premissa deixa evidente o quanto são importantes a efetivação de políticas públicas no campo educacional.

Nessa perspectiva, em Alagoas educação especial/inclusiva no estado de Alagoas pressupõe de um contexto em que é possível através de seu objetivo central que é a promoção de condições, sejam adequadas para o atendimento escolar dos alunos com deficiência, compreendendo bem através dos processos formativos dos professores, alunos, famílias e funcionários quais são os transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação. Assim pode-se estabelecer atualmente, a configuração de um sistema complementar ao ensino regular, como uma forma diferenciada de atendimento em articulação com instituições de apoio que tenham o atendimento educacional especializado como prática educacional.

Temos em consonância com toda demanda de alunos com deficiência nas Escolas Públicas de Alagoas junto ao processo que assegura direitos a uma educação de qualidade e inclusiva a legislação, em nosso estado observamos decretos e portarias que possibilitam ações de autonomia voltadas para a garantia de um verdadeiro atendimento educacional especializado. No Decreto nº. 7.611/2011, se percebe a disposição sobre o atendimento educacional especializado garantindo que as Escolas públicas possam

garantir no contraturno atividades pedagógicas que auxiliem o desenvolvimento de alunos com deficiência. Neste ano (2022), a secretaria de estado da educação, aprovou três notas técnicas voltadas para a organização da educação especial, a nota técnica Nº 01/2022 que versa sobre a sala de recursos multifuncionais - Organização, planejamento para apoio e acompanhamento aos estudantes público-alvo da educação especial; Nota técnica Nº 02/2022 atendimento educacional especializado: Planejamento para Apoio e acompanhamento aos estudantes público-alvo da educação especial e a nota técnica Nº 03/2022 profissionais da Educação especial: orientação e apoio sobre a atuação nas escolas na rede estadual de Alagoas.

Sendo assim, a Secretaria de Estado de Educação de Alagoas, por meio das políticas educacionais busca garantir: o Atendimento Educacional Especializado – AEE; a formação de professores e demais profissionais da educação inclusiva; a efetivação da participação da família; acessibilidade arquitetônica, mobiliários, equipamentos, transporte, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias; - articulação intersetorial na Implantação das políticas públicas. Essa garantia é de fundamental importância para que alunos possam vivenciar um ambiente escolar e de atendimento educacional especializado conforme legislação e com um currículo que seja verdadeiramente trabalhado de forma a desenvolver as habilidades e competências dos estudantes da educação especial.

METODOLOGIA

A metodologia estabelecida nesse artigo, que se propõe a estudar as possibilidades inclusivas a partir da efetivação das políticas públicas, fundamenta-se a partir da abordagem qualitativa. Minayo (2000, p. 21) entende que a pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos

processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, p. 6, 2000).

Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa contextualiza aspectos que não se caracterizam com o quantitativo, ainda para Minayo (2009, p. 22), “diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica”.

A pesquisa qualitativa ou naturalística, segundo Bodgan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (LÜDKE; ANDRÉ, 2014, p.14).

Para esta proposta de pesquisa será utilizado o estudo de caso, que é tido como a investigação de um caso que pode ser simples e específico como também complexo e abstrato (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). De acordo com Gil (2002, p. 54), “o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais”.

Um outro aspecto da pesquisa qualitativa (ênfati- zado por alguns autores) é que ela frequentemente emprega diversos métodos ou adota uma aborda- gem “por métodos múltiplos”. Observar as pessoas em seu próprio território implica, assim, observar, jun- tar-se a elas (observação participante), falar com elas (entrevistas, grupos focais e conversas informais) e ler o que elas escreveram (POPE; MAYS, 2005, p.14).

Essa flexibilização ao fazer pesquisa é importante para com- preender a distinção e aproximação das pesquisas qualitativa e quantitativa. O papel dos elementos a serem recolhidos será fun- damentalmente o de reforçar, apoiar e justificar as ideias pessoais formuladas pelo autor do trabalho. Acompanhando o método qua- litativo será utilizada na pesquisa, a entrevista semiestruturada. Com esse instrumento podemos estabelecer novas perspectivas ao longo das entrevistas, não necessariamente precisa existir um padrão, no entanto é fundamental uma organização a partir dos objetivos de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No campo dos resultados e discussão serão analisados os relatórios do departamento da educação especial de Estrela de Alagoas – AL, em cinco categorias/eixos fundamentais contextualizado na perspectiva inclusiva:

- Acompanhamento Pedagógico
- Formação Continuada
- Curso de Libras
- Curso de Braille
- Atendimento Educacional Especializado (Sala de recursos multifuncionais)
- NASF vai à escola
- Simpósio da Educação Especial

O processo de acompanhamento pedagógico do departamento após sua implantação em 2016, iniciou as etapas de estudos, iniciando pelo Plano Nacional de Educação, com vigência de dez anos compreendendo o período de 2014 a 2024 é um importante documento que designa todos os investimentos voltados para a Educação de nosso país. No que concerne à Educação Especial as metas e estratégias são extensivas aos alunos com necessidades educativas especiais, de maneira mais específica: Fazer levantamento dos educandos com deficiência, a fim de viabilizar o atendimento educacional especializado. Entender-se-á como padrão de qualidade específica as características dos alunos da Educação Básica, o respeito quanto a adequação física (acessibilidade) e pedagógica, nesse sentido, compreendendo o verdadeiro papel de uma política pública.

O conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo. Tais políticas, programas e ações concretizam-se na oferta de bens e serviços que atendam às demandas resultantes das disputas políticas acerca do que é ou deveria ser de interesse público (Castro e Oliveira, 2014, p. 22).

Uma premissa importante no acompanhamento pedagógico presente nos relatórios analisados é o fato desses momentos estarem baseados na realidade da instituição em questão, processos de formação continuada são fundamentais e tornam-se com mais significados e sentidos quando parte do local para o global. Libâneo (2004, p. 227) destaca que:

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Nesse sentido, a formação continuada cumpre um papel fundamental no contexto escolar e quando abordamos a educação especial, esse contexto é necessário e que precisa amplamente de um acompanhamento pedagógico durante todo o ano letivo e a vida escolar dos estudantes.

Quadro i - Organização do acompanhamento pedagógico

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PERÍODO E LOCAL
Formação Continuada.	Serão ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação diversas formações continuadas com todas as temáticas da Educação Especial.	Durante todo o ano letivo.
Acompanhamento Pedagógico nas Escolas.	O Departamento da Educação Especial/ Inclusiva será o responsável pelo acompanhamento em todas as Escolas da Rede Municipal.	Durante todo o ano letivo.
Turmas de Libras para crianças e adolescentes da rede municipal de ensino.	O Departamento da Educação Especial/ Inclusiva irá organizar turmas de libras nas escolas municipais para alunos e alunas. Essa ação objetiva atender as estratégias da meta 04 do PME.	Ano letivo.
Mostra Cultural	Será organizada Mostra Cultural da Educação Especial.	Durante o ano

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PERÍODO E LOCAL
Organização das Salas de Recursos	Organização das salas de recursos e acompanhamento pedagógico.	Contínuo – Escolas Municipais.
Formação Continuada para os professores das salas de recursos multifuncionais	O Departamento da Educação Especial/ Inclusiva irá iniciar esse processo a partir do primeiro bimestre e manterá durante todo o ano letivo.	Durante todo o ano letivo.
Organização dos simpósios em educação especial	O Departamento da Educação Especial/ Inclusiva organiza ao final dos cursos de libras, Braille ofertados.	1º e 2º semestre.
Cursos em Atendimento Educacional Especializado, Libras e Braille.	O Departamento da Educação Especial/ Inclusiva irá ofertar cursos de formação continuada para os profissionais da educação, saúde, assistência social, familiares e estudantes universitários.	Durante todo o ano letivo.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação - Estrela de Alagoas - AL

O quadro acima apresenta todas as perspectivas de trabalho que foram realizadas no período de 2016 a 2018 na cidade de Estrela de Alagoas – AL, a partir dessa organização o departamento da educação especial estabeleceu novas metas e possibilidades de avaliação do processo pedagógico da educação especial. A língua brasileira de sinais (Libras) no âmbito da educação escolar é importante para uma prática de educação bilíngue, tendo a Libras como primeira língua e Língua Portuguesa como segunda, na modalidade escrita.

Quadro II: Legislação sobre a língua de sinais e direitos da pessoa surda

Ano	Número da Lei	Texto
1989	Resolução nº 734, de 1989.	Resolução que determina as condições para emissão da carteira de habilitação (CNH) para portador de deficiência auditiva.
1991	Lei nº 8.160, de 1991.	Lei que dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
2002	Lei nº 10.436/2002	Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos, completou no dia 24, 19 anos.

Ano	Número da Lei	Texto
2004	Lei nº 4.304, de 2004.	Lei que determina o uso de recursos visuais e legendas nas propagandas oficiais do governo.
2005	Decreto 5.626, de 2005	"Regulamenta Lei 10.436/2002. Língua brasileira de sinais foi regulamentada como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."
2005	Prolibras	Criado pelo Ministério da Educação, o Prolibras é um programa nacional que realiza exames para obtenção de dois tipos de certificados: "Certificado de Proficiência no Uso e Ensino da Libras" e "Certificado de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa". A certificação do Prolibras pode ser considerada um título que prova a competência e proficiência para o ensino ou interpretação e tradução da Libras.
2008	Lei nº 11.796, de 2008	Instituído o Dia Nacional do Surdo, comemorado em 26 de Setembro, considerado o mês dos surdos.
2010	Lei nº 12.319, de 2010.	Profissão de Tradutor e Intérprete de Libras: Dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras.
2015	Lei nº 13.146, de 2015.	Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trata da acessibilidade em áreas como educação, saúde, lazer, cultura, trabalho etc.
2016	Resolução ANATEL/CD Nº 667, de 2016.	Anatel publica resolução com regras para o atendimento de pessoas com deficiência por parte das empresas de telecomunicações.
2021	Lei nº 14.191 de 2021	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

É necessário a garantia de todos os contextos de formação continuada, recursos humanos pedagógicos e principalmente humanos, a exemplo de intérpretes e instrutores de Libras, bem como a oferta de atendimento educacional especializado bilíngue, quando for necessário.

As contribuições da Língua Brasileira de Sinais (Libras) definida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria são muitas, aos

profissionais, a educação a sociedade, oriunda de comunidades de pessoas surdas, a Lei a reconhece como meio legal de comunicação e expressão. Essa Lei foi criada e conquistada com luta pelos direitos dos surdos em espaços de cidadania como a escola, sociedade, igreja e outros que os levem a adquirir independência (SKLIAR, 1997, p. 3).

O processo histórico dos surdos no Brasil passa por entender a forma como eram tratadas as pessoas surdas ao longo dos séculos, é preciso perceber também que a luta pela inclusão delas no contexto educacional não é uma exclusividade do Brasil. O departamento entre 2016 e 2018 ofereceu semestralmente curso básico de Libras com uma carga horária de 40 horas.

Figura 3 – Entrega dos certificados do curso de libras



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Estrela de Alagoas - AL

A proposta de ofertar curso de libras é com base em atender uma demanda necessária na sociedade, inicialmente o departamento pensou em efetivar a proposta apenas para professores da rede municipal, no entanto houve ampliação para os funcionários da Prefeitura que atendiam diretamente público, isso consolida um espaço maior de atuação da Libras no contexto inclusivo.

Foi assim também no contexto do braille, que é um sistema de escrita tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão. Com todas as possibilidades de inclusão, o sistema foi oficializado em 1852 para possibilitar que pessoas com deficiência visual, parcial ou total, tivessem acesso à leitura, a compreensão do contexto histórico é importante nessa perspectiva.

Quadro II – Períodos históricos da educação/deficiência visual e cegueira

Período histórico	Como o Cego era visto	Educação oferecida
Antiguidade.	Não se enquadrava nos moldes de “ser humano” e por isso era executado/escondido.	Não havia atenção voltada às pessoas com deficiência e sua educação.
Idade média	Acolhidos pela sociedade cristã, mas como alvo de pena.	Oferecidos cuidados aos cegos, mas ainda sem olhar voltado à sua educação.
Século XVI e XVII	Passou a ser alvo de estudos iniciais que traziam pequenas mudanças nas concepções que se tinha acerca dessas pessoas.	Inicia-se o movimento da Educação Especial
Séculos XVIII XIX e XX	Passa a ser estudada em seu desenvolvimento cognitivo, motor, sensorial, etc.	Educação Especial acontece inicialmente em escolas especializadas, como o Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris (século XVIII).
Século XVI.	É admitido na sociedade com suas necessidades e características específicas.	Educação Especial ainda em escolas especializadas, porém também com disseminação de sua inclusão na escola regular

Fonte: ABREU, 2008.

Os cursos de braille são importantes e que essas possibilidades de aprendizagem aconteçam no atendimento educacional especializado, tendo em vista que é importante apontar que, nem toda pessoa com deficiência visual precisa fazer uso do sistema braille para escrita e leitura, apenas os estudantes cegos. Os cursos de braille foram realizados de forma a atender uma demanda para formação de professores e professoras da rede municipal de Estrela de Alagoas, compondo os seguintes eixos de aprendizagem, biografia de Louis Braille; braille no Brasil; sistema Braille; como se lê

o Braille? Leitura X escrita; importância do Braille; como aprender o Braille e o desenvolvimento de jogos.

Figura 4 – Momentos do curso de braille



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Estrela de Alagoas – AL

De acordo com a Grafia Braille para a Língua Portuguesa (2006, p. 86), a adaptação de livros consiste no “processo referente às adequações e ajustes prévios que devem ser feitos num texto, antes de sua transcrição, considerando as características do conteúdo e as especificidades da leitura tátil”. A escrita em Braille pode ser produzida com: reglete e punção, máquinas de datilografia braille e impressoras computadorizadas:

- Reglete é uma prancha cujos modelos mais modernos são produzidos em metal ou plástico.
- Punção é um instrumento manual, pequeno, composto por duas partes: cabeça e ponta.
- Máquina de de teclas é composta por sete teclas para a escrita: 06 (seis) destinam-se aos pontos que compõem a cela braille e 01 (uma) funciona como espaçador.

- Impressora Computadorizada ^ a impressão computadorizada inicia-se com a entrada de dados no computador, por digitação (no teclado), por digitalização (através do scanner) ou Internet.
- Papel ^ para uma produção satisfatória de relevo dos pontos dos símbolos Braille, usa-se papel com gramatura igual ou superior a 120g/m².

O departamento da educação Especial da secretaria municipal de educação de Estrela de Alagoas é uma coordenação para acompanhamento, formação e encaminhamentos dos alunos e alunas com deficiência da rede municipal, em seu primeiro relatório foi apresentado dados e necessidades para uma educação especial verdadeiramente inclusiva no município. Inicialmente foi informado uma demanda imensa de alunos e alunas com necessidades educacionais.

Padronizar as formas de aplicação do Sistema Braille para que os livros produzidos por meio desse sistema de escrita continuem sendo o principal instrumento de educação para as pessoas cegas no Brasil; oferecer aos profissionais que produzem livros em braille orientações técnicas que tornem mais simples suas tarefas de adaptar, transcrever e revisar, especialmente os livros didáticos; permitir que os livros didáticos em braille possam, tanto quanto possível, transmitir aos alunos cegos as mesmas informações e experiências que os livros didáticos em tinta transmitem aos demais alunos. (LEMOS et al., 2006, p.11).

Sala de Recursos Multifuncionais e Centro de Atendimento Educacional Especializado: É um espaço construído a partir do programa do Ministério da Educação do Brasil que fornece alguns equipamentos de informática, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, para a criação de salas destinadas a integrar alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas regulares por meio da política de educação inclusiva. A perspectiva foi atender os alunos e alunas com deficiência da seguinte forma:

- Sala de Recursos I – Escola Municipal João Mariano Filho (irá atender também a demanda das Escolas Municipais São José e Nossa Senhora do Amparo).
- Sala de Recursos II – Escola Municipal Manoel Raimundo Vieira (irá atender também a demanda das Escolas Municipais Francisco Nicácio e Assis Chateaubriand).
- Sala de Recursos III – Escola Municipal Manoel Martins dos Anjos
- Sala de Recursos IV – Escola Municipal Antônio Pinto de Araújo (irá também atender a demanda das Escolas Municipais Simplício Aquino do Nascimento e Deputado Emílio Silva.
- Sala V – Escola Municipal Santa Luzia

Quadro III – Levantamento de alunos com deficiência

Escolas	Alunos com deficiências e quantitativo
Escola Municipal João Mariano Filho	Cinco alunos: Altas habilidade e superdotação, Deficiência intelectual, Síndrome de Down e Hiperatividade.
Escola Municipal Manoel Raimundo Vieira	Cinco alunos: deficiência física e intelectual.
Escola Municipal Francisco Nicácio	Um aluno: Autista
Escola Municipal Nossa Senhora do Amparo	
Escola Municipal Assis Chateaubriand	
Escola Municipal João Paulo II	Vinte e seis alunos: Deficiência intelectual, hidrocefalia, baixa visão, cegueira, física (cadeirante), autismo.
Creche Municipal Emanuelle	Dois alunos: Paralisia cerebral, deficiência intelectual e autismo.
Escola Municipal Manoel Martins dos Anjos	Quinze alunos: Deficiência intelectual, distúrbios de aprendizagem, baixa visão, cegueira.
Escola Municipal Antônio Pinto de Araújo	Dezesseis alunos: Deficiência intelectual, distúrbio de aprendizagem, paralisia cerebral, cadeirante, síndrome de down, autismo, TDAH, alunos com problemas de surdes.
Escola Municipal Santa Luzia	Cinco alunos: Síndrome de down e deficiência intelectual e motora.
Escola Municipal Simplício Aquino do Nascimento.	Cinco alunos: Deficiência intelectual e motora.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Estrela de Alagoas – AL

Com essa demanda de alunos e alunas com necessidades Educacionais Especiais foi preciso organizar e estabelecer essa política de inclusão na educação especial para alunos com deficiência através das salas de recursos e o acompanhamento pedagógico pelo departamento da educação especial.

Figura 5 – Momento do projeto, “Nasf vai à escola”.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Estrela de Alagoas – AL

Outra ação do departamento da educação especial foi a parceria com o NASF, Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Foi criado pelo Ministério da Saúde em 2008, e tem como objetivo principal apoiar a Atenção Básica no Brasil. As ações de atuação integrada de uma equipe com profissionais de diversas áreas da saúde como as Equipes Saúde da Família e Equipes de Atenção Básica. Com esse trabalho conjunto, focado em populações específicas, é possível mais ofertas de saúde na rede de serviços, bem como alcançar mais resolutividade e a abrangência aos alvos das ações. Nesse sentido, em Estrela de Alagoas – AL foi criado o projeto, “NASF Vai à Escola”, com discussões das demandas locais e planejamento de possíveis ações educativas com toda comunidade escolar da rede municipal.

Figura 6 – Momento do projeto, “Nasf vai à escola”.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Estrela de Alagoas – AL

Um das ações do projeto era falar sobre a alimentação, a influência de uma alimentação saudável e equilibrada no âmbito da autonomia, favorecendo melhor qualidade de vida para crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais.

Figura 7– Simpósio da Educação Especial



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Estrela de Alagoas – AL

Outra prática presente nos relatórios é a realização dos simpósios da educação especial, esses eventos puderam contextualizar os resultados dos trabalhos pedagógicos realizados nas escolas da rede. Em sua proposta pedagógica em um processo de discussão constante com seus professores, o departamento da educação especial visa estabelecer parâmetros para uma prática pedagógica, alcançando assim ao longo do tempo a sua identidade no campo das relações entre ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, a escola aproveitará os espaços de formação continuada para estar constantemente debatendo suas fragilidades e procurando encontrar soluções para os problemas levantados. Considerando a importância do contexto vivenciado pelos alunos, os professores são orientados a ousarem na sua prática educativa dando ênfase à contextualização e a interdisciplinaridade e o respeito à individualidade, procurando atender as diversidades de forma a colaborar para que este sujeito se torne crítico e transformador da sociedade em que está inserido. Valorizando o trabalho do professor em sala de aula na perspectiva do desenvolvimento no aluno, de habilidades e competências necessárias para a aquisição de uma aprendizagem significativa e para a humanização dos indivíduos, proporcionando um ambiente adequado aos alunos, isso se aplica verdadeiramente e de forma efetiva na Educação Especial e Inclusiva.

O departamento aborda duas questões fundamentais para a inclusão dos alunos com deficiência, uma que se refere ao contexto de seu objetivo geral que é promover situações variadas em que o convívio na sala de aula e nos espaços distintos das escolas possam despertar nos alunos, professores, funcionários e comunidade em geral o respeito pelas diferenças. A outra questão refere-se a estrutura física das Escolas, onde encontramos rampas de acesso e banheiros adaptados, estando de acordo com as exigências necessárias para atender a alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Elza Maria A. C. et al. **Braille!**? O que é isso? São Paulo: Editora da Fundação Dorina Nowill Para Cegos, 2008.

ALAGOAS. **NOTA TÉCNICA Nº 03/2022**. Profissionais da Educação especial: Orientação e apoio sobre a atuação nas escolas na rede estadual de Alagoas. 2022.

ALAGOAS. **NOTA TÉCNICA Nº 01/2022**. SALA D E RECURSOS MULTIFUNCIONAIS – SRM Organização, Planejamento para Apoio e Acompanhamento aos Estudantes Público-alvo da Educação Especial. 2022.

ALAGOAS. **NOTA TÉCNICA Nº 02/2022**. Atendimento Educacional Especializado-AEE: Planejamento para Apoio e Acompanhamento aos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial.

BRASIL. Ministério da Educação. **Grafia Braille para a Língua Portuguesa**. Secretaria Especial de Educação. Brasília: SEESP, 2006.

BRASIL. **Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014.

CASTRO, J. A.; OLIVEIRA, M. G. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (org.). Avaliação de políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS/Cegov, 2014. p. 20-48. LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola** – teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LEMOS, Edson. et.al. **Normas técnicas para a produção de textos em Braille/elaboração**. Secretaria Especial de Educação. Brasília: Ministério da Educação, MEC/SEESP, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2^o ed. São Paulo: EPU, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte**: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14^a edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

GOMES, Rayane Oliveira da Silva. **Libras na Educação Básica: Contexto Histórico em Uma Análise Documental**. Universidade Estadual de Alagoas, 2022.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2^a edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.

SKLIAR, Carlos, **Educação & exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.